

Demonstrações Financeiras 2024

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DRA, DMPL, a DFC e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 18/02/2025, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Moacir Niehues
Diretor Executivo
CPF: 969.145.139-53

Alisson Schach
Diretor de Operações
CPF: 024.281.579-06

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

Demonstrações Financeiras 2024

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri
Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**

Somos o

Sicredi

A primeira instituição financeira cooperativa do Brasil



Neste documento, a administração da Cooperativa, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento de seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. Possui um modelo de negócio que constrói uma cadeia de valor que beneficia o associado, a cooperativa e a comunidade local, oferecendo soluções inteligentes para um desenvolvimento financeiro sustentável com foco na ampliação do nosso impacto positivo econômico, social, ambiental e climático, reduzindo os efeitos adversos.

Com um propósito único que evolui com a participação coletiva, somos uma cooperativa que além de multiplicar resultados positivos, está comprometida em “fazer juntos para fazer a diferença”.



Temos porte e presença nacional

- Estamos presentes em **todos** os estados e Distrito Federal
- Temos agências em **mais de 2 mil** municípios
- Em **mais de 200** municípios somos a única instituição financeira com presença física
- Somos **mais de 8,5 milhões** de associados
- Temos **mais de 2,8 mil** agências e pontos de atendimento

Nossas soluções financeiras são modernas e colaborativas

Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros:

- Conta corrente
- Investimentos
- Consórcios
- Conta 100% digital
- Cartões
- Seguros
- Máquina de cartões
- E muito mais

Durante o exercício de 2024 destacamos os seguintes fatos administrativos:

Realizamos campanha de poupança, fomentamos linhas de crédito para energia sustentável e eficiência energética, disponibilizamos como novidade o crédito acessibilidade, além do PEAC-FGI, Pronampe e FAMPE. Fortalecemos o movimento já existente no Plano Safra e mantivemos o Pix sem custo para pessoa jurídica. Essas e muitas outras ações nos levaram a alcançar um expressivo crescimento no patrimônio da cooperativa e na base de associados, bem como a expansão na carteira de investimentos, crédito, ativos somados às coobrigações e no resultado.

Acreditamos e investimos no relacionamento humano e próximo. Por isso, inauguramos dois novos espaços de atendimento, em Campo Mourão (PR) e em Palotina (PR). Com isso, chegamos a 100 agências em nossa área de atuação, nas regiões oeste e noroeste do Paraná, além da cidade de São Paulo e do ABCD Paulista. Seguimos com foco no melhor atendimento aos nossos mais de 250 mil associados correntistas.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Algumas iniciativas

COMITÊS MULHER E JOVEM

Buscamos promover diversidade e formar novas lideranças para o cooperativismo, nossos comitês trazem força para essas iniciativas em todas as regiões onde atuamos.

PROGRAMA PERTENCER

Buscamos engajar os associados, estabelecer as regras de participação e orientar o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios.

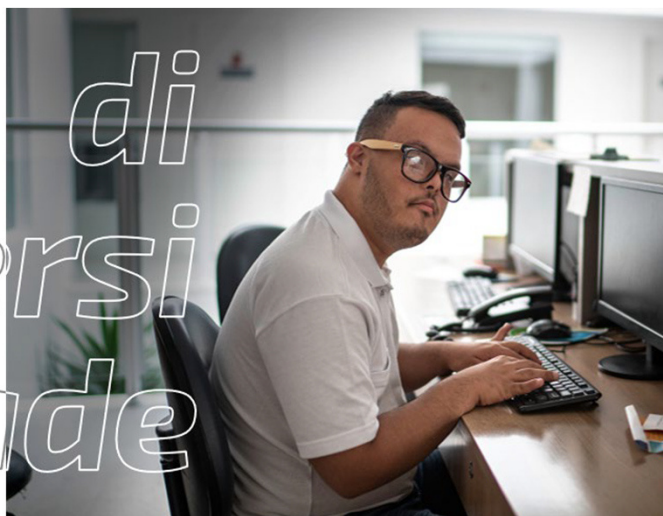
PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

Buscamos promover os valores da cooperação e cidadania entre crianças e adolescentes. Em 29 anos de existência, o programa impactou mais de 5,3 milhões de crianças e adolescentes em mais de 730 municípios.

PROGRAMA CRESCER

Buscamos promover entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.

di
versi
dade



Programa A União Faz a Vida está em 33 municípios e impactou mais de 8 mil crianças e adolescentes em 2024; Programa Crescer formou mais de 7 mil pessoas sobre assuntos ligados às áreas de cooperativismo e negócios; Comitê Jovem conta com mais de 200 participantes, sendo 16 comitês; Comitê Mulher chegou a 29 comitês, com mais de 550 mulheres participantes; Em 2024, mais de 30 mil pessoas participaram das assembleias em 57 eventos presenciais; Dia C impactou mais de 5 mil pessoas, tendo sido realizadas mais de 50 ações; As ações de Educação Financeira promovidas pela cooperativa em 2024, impactaram mais de 9 mil pessoas, por meio de 420 iniciativas desenvolvidas. Continuamos no Programa Metano Evitado, que fornece tecnologia para evitar a geração do gás metano oriundo da matéria orgânica no manejo de suínos e bovinos de leite. Atualmente, participamos com associados de 2 agências.

**Ratings
atribuídos ao
Sicredi pelas
principais
agências de
riscos do mundo:**

AAA – Fitch
AAA – Moodys
AAA – Standard&Poor's

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da GPTW, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2024 fomos reconhecidos como a melhor empresa para trabalhar no Brasil, na categoria empresas gigantes, no prêmio Melhores Empresas para Trabalhar 2024.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri
Abcd PR/SP**
Palotina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Shape the future
with confidence

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 18 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, reading 'Renata Zanotta Calçada'.

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Palotina PR, 20 de fevereiro de 2025.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Albertinho Dondoni
Conselheiro Fiscal Efetivo
CPF: 476.149.359-34

Luiz Carlos Canola
Conselheiro Fiscal Efetivo
CPF: 172.468.229-68

Laercio Aparecido Arrabal Perandre
Conselheiro Fiscal Efetivo
CPF: 559.495.849-53

Enio Cleber Horing
Conselheiro Fiscal Suplente
CPF: 025.123.809-12

Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP

Avenida Presidente Kennedy, nº 2.384 - Jardim Itália
CEP 85.953-000 - Palotina/PR

www.sicredi.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Albertinho Dondoni, Luiz Carlos Canola, Enio Cleber Horing e Laercio Aparecido Arrabal Perandre.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código E280-780B-9D67-06FD.

Este documento foi assinado digitalmente por Albertinho Dondoni, Luiz Carlos Canola, Enio Cleber Horing e Laercio Aparecido Arrabal Perandre.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código E280-780B-9D67-06FD.

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

ATIVO		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		11.348.145	8.831.791
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	23.497	22.825
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		11.478.078	8.945.729
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	179.406	258.027
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	3.565.022	2.549.678
Centralização financeira	(Nota 04)	529.146	427.329
Relações interfinanceiras ativas		2.280	1.753
Operações de crédito	(Nota 07)	6.714.033	5.313.986
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	488.191	394.956
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(341.767)	(275.502)
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	80.690	52.823
INVESTIMENTOS	(Nota 09)	-	30
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	94.704	77.162
INTANGÍVEL	(Nota 10)	12.943	8.724
TOTAL DO ATIVO		11.348.145	8.831.791

PASSIVO		31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO		10.091.360	7.940.941
DEPÓSITOS	(Nota 11)	6.327.788	4.730.524
Depósitos à vista		865.844	719.516
Depósitos interfinanceiros		733.314	482.272
Depósitos a prazo		4.728.630	3.528.736
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.220.395	2.768.288
Recursos de aceites e emissão de títulos	(Nota 12)	4.304	3.468
Relações interfinanceiras	(Nota 13)	3.037.525	2.592.631
Obrigações por empréstimos	(Nota 13)	8.463	12.716
Obrigações por repasses		-	10
Outros passivos financeiros	(Nota 14)	170.103	159.463
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 15)	2.237	2.616
OUTROS PASSIVOS	(Nota 16)	540.940	439.513
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 17)	1.256.785	890.850
CAPITAL SOCIAL		658.160	402.234
RESERVAS DE SOBRAS		553.468	453.932
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		45.157	34.684
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.348.145	8.831.791

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP

CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

Descrição das contas		01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		811.164	1.511.641	1.293.590
Operações de crédito	(Nota 07)	619.791	1.160.406	956.819
Resultado de títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	169.219	307.719	293.237
Resultado das aplicações compulsórias		337	449	278
Ingressos de depósitos intercooperativos	(Nota 05)	21.817	43.067	43.256
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(499.761)	(946.206)	(850.430)
Operações de captação no mercado	(Nota 20)	(269.608)	(494.083)	(446.930)
Operações de empréstimos e repasses	(Nota 13)	(120.144)	(233.477)	(217.522)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(110.009)	(218.646)	(185.978)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		311.403	565.435	443.160
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(171.618)	(329.499)	(257.317)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 21)	109.322	207.872	174.329
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 22)	23.450	46.556	43.508
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 23)	(123.674)	(236.328)	(193.493)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 24)	(107.309)	(206.972)	(175.650)
Dispêndios e despesas tributárias		(1.184)	(2.250)	(2.086)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 25)	31.535	49.861	46.172
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 26)	(103.758)	(188.238)	(150.097)
RESULTADO OPERACIONAL		139.785	235.936	185.843
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		139.785	235.936	185.843
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 18)	892	-	-
Provisão para Imposto de Renda		551	-	-
Provisão para Contribuição Social		341	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(17.424)	(32.337)	(25.482)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		123.253	203.599	160.361

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Sobras ou perdas antes das destinações	123.253	203.599	160.361
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente atribuível	123.253	203.599	160.361

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2023	320.357	378.437	35.441	734.235
Destinação de sobras do exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	35.094	-	(35.108)	(14)
Outras destinações	-	-	(333)	(333)
Capital de associados				
Aumento de capital	17.569	-	-	17.569
Baixas de capital	(13.159)	-	-	(13.159)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	345	-	345
Resultado do exercício	-	-	160.361	160.361
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(5.781)	(5.781)
Juros sobre o capital próprio	42.373	-	(44.746)	(2.373)
Reserva legal - Estatutária	-	75.150	(75.150)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2023	402.234	453.932	34.684	890.850
Mutações do exercício	81.877	75.495	(757)	156.615
Saldos no início do exercício em 01/01/2024	402.234	453.932	34.684	890.850
Destinação de sobras do exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	34.414	-	(34.689)	(275)
Outras destinações	-	-	5	5
Capital de associados				
Aumento de capital	199.804	-	-	199.804
Baixas de capital	(28.405)	-	-	(28.405)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	1.696	-	1.696
Resultado do exercício	-	-	203.599	203.599
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(7.526)	(7.526)
Juros sobre o capital próprio	50.113	-	(53.076)	(2.963)
Reserva legal - Estatutária	-	97.840	(97.840)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2024	658.160	553.468	45.157	1.256.785
Mutações do exercício	255.926	99.536	10.473	365.935
Saldos no início do semestre em 01/07/2024 (Não auditado)	465.365	456.993	80.347	1.002.705
Destinação de sobras do exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	12	-	(12)	-
Outras destinações	-	-	11	11
Capital de associados				
Aumento de capital	158.302	-	-	158.302
Baixas de capital	(15.632)	-	-	(15.632)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	(1.365)	-	(1.365)
Resultado do semestre	-	-	123.253	123.253
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(7.526)	(7.526)
Juros sobre o capital próprio	50.113	-	(53.076)	(2.963)
Reserva legal - Estatutária	-	97.840	(97.840)	-
Saldos no fim do semestre em 31/12/2024	658.160	553.468	45.157	1.256.785
Mutações do semestre	192.795	96.475	(35.190)	254.080

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP

CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	235.063	433.915	358.128
Sobras ou perdas do semestre/exercício	123.253	203.599	160.361
AJUSTES ÀS SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	111.810	230.316	197.767
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	110.009	218.646	185.978
Distribuição de dividendos	(159)	(159)	(665)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(63)	(31)	(46)
Depreciação e amortização	10.326	18.930	18.569
Baixas do ativo permanente	247	834	360
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(1.024)	(378)	(648)
Destinações ao FATES	(7.526)	(7.526)	(5.781)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	446.356	238.691	69.966
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(30.742)	78.621	60.412
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(82.920)	(316.862)	(206.034)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	23.729	(527)	(389)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(880.435)	(1.552.428)	(996.841)
(Aumento) Redução em recursos de aceites e emissão de títulos	(567)	837	3.468
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	433.047	444.894	409.216
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	(77.074)	(93.076)	(56.701)
(Aumento) Redução em outros ativos	(12.143)	(27.836)	(9.380)
Aumento (Redução) em depósitos	955.635	1.597.264	756.633
Aumento (Redução) em passivos financeiros	7.170	10.639	33.569
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.108)	(4.262)	(5.111)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(736)	(5.781)	(5.907)
(Redução) Aumento em outros passivos	113.500	107.208	87.031
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	681.419	672.606	428.094
Aquisição de imobilizado	(14.311)	(32.597)	(43.225)
Aplicações no intangível	(6.806)	(8.898)	(2.241)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(21.117)	(41.495)	(45.466)
Integralização de capital	158.302	199.804	17.569
Baixa de capital	(15.632)	(28.405)	(13.159)
Reversão capital a pagar	(1.365)	1.696	345
Juros ao capital próprio	(2.964)	(2.963)	(2.373)
Distribuição de Sobras	11	(270)	(347)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	138.352	169.862	2.035
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	798.654	800.973	384.663
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	2.485.828	2.483.509	2.098.846
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre/exercício (Nota 04)	3.284.482	3.284.482	2.483.509

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 08/10/1988 e sede situada na Avenida Presidente Kennedy, 2384, na cidade de Palotina - PR. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 dezembro de 2024, está organizado por 103 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.870 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 96 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos em situações de intervenção ou liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ). Além disso, o FGCoop também pode realizar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram respeitadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 00 (R2), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1), 46 e 48 e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 11 de Fevereiro de 2025.

NOTA 03 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

Foram adotadas as seguintes políticas contábeis para a elaboração das demonstrações financeiras:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 dezembro de 2024 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 11.341 (dezembro de 2023 - R\$ 3.527) referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na DSP.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras ativas - Centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata-die, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata-die incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

s) Valor justo das operações

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação.

t) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

u) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. Nos exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023 a Cooperativa não apresentou resultados não recorrentes.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	23.497	22.825
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira	2.731.839	2.033.355
Centralização financeira	529.146	427.329
Total	3.284.482	2.483.509

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2024 equivale a 103% do CDI (dezembro de 2023 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	179.406	179.406	258.027
Total	-	-	179.406	179.406	258.027
Total não circulante				179.406	258.027

As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa (operações de hedge) e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	84.476	159.662	363.920	608.058	304.352
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	2.731.839	-	-	2.731.839	575.738
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	-	-	-	-	1.457.617
Participações de Cooperativas	-	-	225.125	225.125	211.971
Total	2.816.315	159.662	589.045	3.565.022	2.549.678
Total circulante				2.975.977	2.178.498
Total não circulante				589.045	371.180

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, indexado ao Depósito Interfinanceiro (DI) e taxas pré-fixadas em contrato, os títulos são registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos multimercado, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2024	31/12/2023
Sicredi Participações S.A.	45.338	45.338
Sicredi Fundos Garantidores - SFG	3	3
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	179.784	166.630
Total	225.125	211.971

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Número de ações/quotas possuídas ON	14.717.210 ON	14.717.210 ON	3	3	179.784.078	166.629.912
Número de ações/quotas possuídas PN	30.620.531 PN	30.620.531 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,00%	1,04%	1,86%	1,86%	11,22%	12,18%
Capital social	4.541.716	4.341.716	161	161	1.602.637	1.367.728
Patrimônio líquido	4.621.756	4.427.933	271.199	416.033	1.603.443	1.375.980
Resultado líquido do exercício	67.065	120.326	(144.834)	46.767	-	-
Valor das participações das cooperativas	45.338	45.338	3	3	179.784	166.630

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Cotas de fundos	123.615	223.596	222.772
Depósitos interfinanceiros	8.460	17.168	34.590
Títulos de renda fixa (CPR)	37.145	66.954	35.876
Prejuízo (renda fixa)	-	-	-
Prejuízo (renda variável)	-	-	-
Total	169.220	307.718	293.238

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2024				31/12/2023	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	112.453	617.333	1.137.794	2.507.452	4.375.032	3.189.243
Financiamentos	4.823	55.213	146.248	299.398	505.682	489.419
Financiamentos rurais e agroindustriais	18.377	128.813	1.030.593	655.180	1.832.963	1.635.324
Financiamentos habitacionais	-	6	26	324	356	-
Total das operações de crédito	135.653	801.365	2.314.661	3.462.354	6.714.033	5.313.986
Avais e fianças honrados (Nota 08)	2.160	493	1	8	2.662	2.441
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	744	7.718	29.089	37.551	39.594
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	297.909	115.579	1.757	415.245	318.721
Total de outros créditos	2.160	299.146	123.298	30.854	455.458	360.756
Carteira total	137.813	1.100.511	2.437.959	3.493.208	7.169.491	5.674.742
Total circulante					3.676.283	3.026.255
Total não circulante					3.493.208	2.648.487

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
AA	-	148.129	215.389	-	-
A	0,50	3.179.533	2.524.768	15.898	12.624
B	1,00	2.257.227	1.822.342	22.572	18.223
C	3,00	849.610	545.298	25.488	16.359
D	10,00	343.166	238.847	34.317	23.885
E	30,00	128.172	106.431	38.452	31.929
F	50,00	80.864	73.764	40.432	36.882
G	70,00	60.606	41.010	42.424	28.707
H	100,00	122.184	106.893	122.184	106.893
Total		7.169.491	5.674.742	341.767	275.502

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 1.351.924 (dezembro de 2023 - R\$ 1.068.190) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 21.400 (dezembro de 2023 - R\$ 13.751) conforme (Nota 14).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade economica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2024				31/12/2023	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	77.258	480.948	671.556	1.257.978	2.487.740	2.019.693
Rural	18.377	128.813	1.030.593	655.180	1.832.963	1.635.324
Industrial	2.192	41.209	57.597	158.273	259.271	172.289
Comércio	21.583	216.961	317.610	704.269	1.260.423	762.539
Habitacional	-	6	26	324	356	-
Pessoas jurídicas	18.403	232.574	360.577	717.184	1.328.738	1.084.897
Carteira total	137.813	1.100.511	2.437.959	3.493.208	7.169.491	5.674.742
Total circulante					3.676.283	3.026.255
Total não circulante					3.493.208	2.648.487

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2024	%	31/12/2023	%
10 maiores devedores	660.630	9,21	525.153	9,25
50 devedores seguintes	558.009	7,78	465.671	8,21
100 devedores seguintes	558.610	7,79	460.595	8,12
Demais	5.392.242	75,22	4.223.323	74,42
TOTAL	7.169.491	100,00	5.674.742	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	310.919	275.502	237.522
Constituição de provisão	191.084	369.996	317.855
Reversão de provisão	(81.075)	(151.350)	(131.877)
Movimento da provisão para perdas no resultado	110.009	218.646	185.978
Movimentação de baixados para prejuízo	(79.161)	(152.381)	(147.998)
Saldo final	341.767	341.767	275.502

f) Resultado com operações de crédito

	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e títulos descontados	465.441	872.651	707.839
Financiamentos	52.773	102.747	102.770
Financiamentos rurais e agroindustriais	69.430	137.646	117.958
Outros	275	432	274
Subtotal	587.919	1.113.476	928.841
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	31.874	46.930	27.978
TOTAL	619.793	1.160.406	956.819

Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2024, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 383.377 (2023 - R\$ 288.676)

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 07)	413.488	317.609
Ressarcimento de despesas	7.024	8.738
Dividendos a receber	159	354
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	8.462	9.080
Avais e fianças honrados (Nota 07)	2.654	2.441
Transações com cartão de crédito (b)	23.619	17.216
Outros	1.012	5.591
Total Circulante	456.418	361.029
Devedores por depósitos em garantia (Nota 15)	919	2.301
Avais e fianças honrados (Nota 07)	8	-
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	29.089	30.514
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 07)	1.757	1.112
Total não circulante	31.773	33.927
Total	488.191	394.956

(a) Valores a receber referentes a transações de pagamento, de associados (carteira de emissão) ou do Banco Cooperativo Sicredi (repasse das receitas sobre a carteira de aquisição).

(b) Valores a receber de associados relativo às transações com cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros valores e bens	29.669	12.388
Adiantamentos e antecipações salariais	6.283	4.873
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3.373	4.838
Adiantamentos para Confederação Sicredi (a)	2.772	6.376
Atualização monetária sobre DIs (Central)	5.802	2.745
Impostos e contribuições a compensar (b)	2.587	1.903
Pendências a regularizar	1.442	516
Valores a receber Portabilidades	148	-
Valores a receber SFG	226	142
Juros LFSC a receber - capitalização	2.011	121
Outros	539	35
Total Circulante	54.852	33.937
Outros valores e bens	25.838	18.886
Total não circulante	25.838	18.886
Total	80.690	52.823

(a) Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(b) Os valores de impostos e contribuições a compensar referem-se a pagamentos indevidos ou a maior de tributos e também a retenções sofridas de impostos com direito à compensação. Estes valores serão compensados através de PER/DCOMP Web ou através de Pedidos de Restituição à Receita Federal e Prefeituras

a) Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	26.844	11.989
Imóveis	26.812	11.989
Veículos e afins	32	-
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(87)	(118)
Despesas antecipadas	1.361	517
Total Circulante	28.118	12.388
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	27.389	18.886
Imóveis	27.389	18.886
Total Não Circulante	27.389	18.886
Total	55.507	31.274

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação/A mortização	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	188.241	(93.537)	94.704	77.162
Imobilizações em curso	-	5.436	-	5.436	36.066
Terrenos	-	2.810	-	2.810	507
Instalações	10%	9.537	(8.526)	1.011	570
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	65.442	(42.482)	22.960	13.326
Móveis e equipamentos	10%	55.207	(14.359)	40.848	11.939
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	9.352	(4.428)	4.924	4.213
Equipamentos de processamento de dados	20%	38.836	(23.385)	15.451	9.502
Veículos	20%	1.621	(357)	1.264	1.039
Intangível		44.910	(31.967)	12.943	8.724
Investimentos Confederação	20%	44.910	(31.967)	12.943	8.724

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2024				31/12/2023
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	865.844	-	-	865.844	719.516
Depósitos interfinanceiros	192.010	140.250	401.054	733.314	482.272
Depósitos a prazo	38.079	80.906	4.609.645	4.728.630	3.528.736
Carteira total	1.095.933	221.156	5.010.699	6.327.788	4.730.524
Total circulante				1.317.089	1.199.362
Total não circulante				5.010.699	3.531.162

NOTA 12 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário (LCI) (a)	-	4.221	83	4.304	3.468
Total	-	4.221	83	4.304	3.468
Total circulante				4.221	-
Total não circulante				83	3.468

(a) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa criado para financiar o segmento imobiliário. As LCIs são emitidas por instituições financeiras que possuem carteiras de crédito imobiliário dentro de seu portfólio de investimentos. A captação em LCI é utilizada pela cooperativa para gerar funding (recurso) para suportar as demandas de crédito.

Estes títulos são remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Repasse interfinanceiros	3.037.473	2.592.631
Recebimentos e pagamentos a liquidar	52	-
Total	3.037.525	2.592.631

a) Repasses interfinanceiros

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	131.057	1.157.447	809.205	2.097.709	1.846.561
Total - Recursos do Crédito Rural	131.057	1.157.447	809.205	2.097.709	1.846.561
Cooperativa Central	239	168	954	1.361	1.725
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	92.509	68.529	777.365	938.403	744.345
Total - Outros Recursos	92.748	68.697	778.319	939.764	746.070
Total	223.805	1.226.144	1.587.524	3.037.473	2.592.631
Total circulante				1.449.949	1.470.110
Total não circulante				1.587.524	1.122.521

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 14,85% a.a. com vencimentos até 15/11/2036, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2024, as despesas com operações de empréstimos e repasses totalizaram R\$ 233.477 (2023 - R\$ 217.522).

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para garantias financeiras prestadas (a)	5.365	2.955
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco (c)	(102.457)	(102.457)
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco (c)	112.576	109.165
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas (e)	1.696	1.935
Recursos em trânsito de terceiros (b)	4.372	4.612
Recursos vinculados a operações de crédito	58	-
Total Circulante	21.610	16.210
Provisão para garantias financeiras prestadas (a)	16.035	10.796
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco (c)	102.457	102.457
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas (d)	30.000	30.000
Total não Circulante	148.492	143.253
Total	170.102	159.463

(a) A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se às responsabilidades que as Cooperativas assumem ao garantir operações de crédito realizadas por seus cooperados junto ao Banco Sicredi.

(b) Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

(c) Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, celebrado pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente ou na data do vencimento.

(d) Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas referem-se a contratos de letras financeiras com cláusula de subordinação, celebrado pela Cooperativa com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente ou na data do vencimento.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	Provável	479	771
Cível	Provável	1.758	986
Tributária	Provável	-	859
Total não circulante		2.237	2.616

Natureza	31/12/2023	Constituição / Atualização de Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2024
Trabalhista	771	436	(728)	479
Cível	986	1.583	(811)	1.758
Tributária	859	149	(1.008)	-
Total não circulante	2.616	2.168	(2.547)	2.237

Em 31 de dezembro de 2024, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Trabalhista	8	943	3	321
Cível	286	14.124	213	7.960
Tributária	10	1.210	10	1.151
Total	304	16.277	226	9.432

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 919 (dezembro de 2023 - R\$ 2.301), registrados na rubrica de “Outros Ativos Financeiros”, os quais estão relacionados a estes processos

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS			
Descrição	31/12/2024	31/12/2023	
Transações com cartões de crédito (a)	404.164	324.187	
Provisão para pagamentos a efetuar	23.488	17.341	
Provisão para pagamentos a efetuar empresas do grupo	4.825	4.597	
Cotas de capital a pagar	16.956	15.142	
Provisão para participações nos lucros	33.651	26.578	
Fundo de assistência técnica, educacional e social	7.526	5.781	
Impostos e contribuições a recolher	8.458	7.008	
Contas a pagar - credores diversos	10.306	10.486	
Patrocínios esportivos a pagar Central	97	151	
Contas a pagar empresas do grupo	2.609	3.546	
Credores por recursos a liberar vendedores de imóveis(c)	330	-	
Cheques administrativos	25.554	22.954	
Cobrança e arrecadação de tributos (b)	971	1.308	
Pendências a regularizar	2.005	434	
Total Circulante	540.940	439.513	

- (a) As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de aquisição).
- (b) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.
- (c) Em 2023 as propostas de crédito imobiliário passaram a ser vinculadas diretamente à carteira das cooperativas ao invés do Banco Sicredi. Na conta são registrados os valores de recursos a liberar aos vendedores, referentes aos contratos do imobiliário.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
a) Capital social			
O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:			
Descrição	Variação	31/12/2024	31/12/2023
Capital social inicial	81.877	402.234	320.357
Integralização de Capital - quotas partes	182.235	199.804	17.569
Integralização de Capital - distribuição de sobras	(680)	34.414	35.094
Baixa de Capital	(15.246)	(28.405)	(13.159)
Juros ao Capital próprio	7.740	50.113	42.373
Capital social final	255.926	658.160	402.234

Em 31 de dezembro de 2024, o total de associados foi de 263.261 (em dezembro de 2023 - 236.300).

- b) Juros ao capital
- Em 31 dezembro de 2024 a Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 11,1% em conta capital, no montante de R\$ 53.076 (dezembro de 2023 - R\$ 44.747), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.
- c) Reversão do capital a pagar para a reserva legal
- A cooperativa passou a contabilizar a reversão de capital a pagar não procurado pelos ex associados há mais de cinco anos, anteriormente destacado do capital para o passivo, conforme o disposto na Lei Complementar nº 196/22, sendo em 31 dezembro de 2024 no valor de R\$ 1.696 (dezembro de 2023 R\$ 345).

d) Destinações estatutárias e legais

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	203.599	160.361
(-) Juros sobre capital próprio	(53.076)	(44.746)
(=) Base de cálculo das destinações estatutárias	150.523	115.615

DESCRIÇÃO	% das destinações 2024	% das destinações 2023	31/12/2024	31/12/2023
FATES	5,00%	5,00%	(7.526)	(5.781)
Reserva Legal	65,00%	65,00%	(97.840)	(75.150)
(=) Total das destinações			(105.366)	(80.931)
Sobras Líquidas a disposição da AGO			45.157	34.684

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:
O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.
A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	235.936	185.843
Participação nas sobras	(32.337)	(25.482)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	203.599	160.361
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(81.440)	(64.144)
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	76.903	62.734
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	21.231	17.899
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(86)	(668)
Alteração da alíquota da CSLL durante o exercício	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

As adições e exclusões subsequentes consideram os efeitos de outros itens especificados na legislação, tais como doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, entre outros. Em conformidade com as disposições legais, as cooperativas podem registrar prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a CSLL. Esses valores negativos são controlados e poderão ser compensados com resultados positivos em exercícios futuros.
No entanto, as cooperativas que apresentam saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL sem expectativa de realização futura não registram crédito tributário correspondente. Isso ocorre quando se projeta que o resultado de atos não cooperativos e/ou a base tributável para o IRPJ/CSLL permanecerão negativos nos exercícios subsequentes, em grande parte devido à recorrência de despesas elevadas com juros sobre o capital. Portanto, esses saldos negativos não são reconhecidos como ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	179.406	258.027
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	3.565.022	2.549.678
Centralização financeira (Nota 04)	529.146	427.329
Outros ativos financeiros (Nota 08)	7.137	8.967
Outros ativos (Nota 09)	8.800	9.263
Intangível (Nota 10)	12.943	8.724
Passivo		
Outros passivos (Nota 16)	406.674	319.376
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	733.314	482.272
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	3.037.473	2.592.631
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	8.463	12.716
Outros passivos financeiros (Nota 14)	144.272	141.100

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários (Nota 06)	307.719	293.237
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 20)	47.530	41.008
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 26)	3.216	9.340
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 05)	43.067	43.256
Doação SFG (Nota 17)	10	-
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 20)	100.932	90.712
Operações de empréstimos e repasses (Nota 13)	233.477	217.513
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 25)	11.250	10.144
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	65.823	55.092

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Descrição	31/12/2024	% em relação ao total	31/12/2023
Depósitos à vista (Nota 11)	427	0,06%	475
Depósitos a prazo (Nota 11)	6.554	0,19%	4.513
Operações de crédito (Nota 07)	25.701	0,38%	32.215

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pessoas chave da administração	15.305	12.396

NOTA 20 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos interfinanceiros	44.360	80.509	68.796
Depósitos de aviso prévio	38	76	121
Depósitos a prazo	210.754	385.586	350.453
Letras de crédito imobiliário - LCI	236	437	30
Letras financeiras	10.423	20.423	21.916
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	3.797	7.052	5.614
Total	269.608	494.083	446.930

NOTA 21 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Cobrança	6.330	12.637	12.202
Comissões	77	172	112
Consórcios	10.353	19.458	15.410
Convênios	2.444	4.893	5.306
Distribuição de produtos e serviços bancários	23.513	46.939	40.182
Processamento da compensação	67	131	143
Seguros	14.342	26.898	26.362
Taxas e tarifas	5.095	9.300	6.274
Serviços de pagamento	35.496	65.021	46.878
Antecipação de recebíveis	10.533	20.559	20.077
Outros serviços	1.070	1.864	1.383
Total	109.320	207.872	174.329

NOTA 22 – RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Pacotes de serviços - PF	14.045	27.877	26.094
Serviços prioritários - PF	443	916	1.058
Serviços diferenciados - PF	1	30	227
Tarifas bancárias - PJ	8.961	17.733	16.129
Total	23.450	46.556	43.508

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	61.672	117.830	99.270
Benefícios	29.013	55.515	42.601
Encargos sociais	24.511	44.297	37.543
Treinamentos	8.478	18.686	14.079
Total	123.674	236.328	193.493

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Água, energia e gás	1.686	4.028	3.076
Aluguéis	15.893	31.561	27.652
Comunicação	1.789	3.597	3.620
Manutenção e conservação	4.271	7.659	5.000
Material de expediente	1.718	3.197	2.517
Processamento dados	7.752	14.728	10.836
Propaganda e publicidade	898	1.737	2.296
Promoções e relações públicas	18.867	34.705	24.869
Serviços do sistema financeiro	6.565	12.849	11.352
Assessoria e consultoria	478	714	440
Auditoria externa	61	61	53
Serviços jurídicos	554	967	1.396
Serviços de terceiros	9.667	18.662	16.022
Serviços de técnicos especializados	3.475	5.905	12.280
Serviços de vigilância e segurança	4.784	9.439	7.906
Serviços de transportes	4.879	9.196	7.460
Depreciação	7.717	14.251	14.428
Amortização (Rateio Confederação)	2.609	4.679	4.141
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.774	6.803	6.109
Emolumentos e taxas diversas	3.792	6.107	4.255
Ressarcimento tarifas	-	2	2
Seguros	215	416	213
Despesas com Viagens	728	1.351	962
Rateio Confederação - Recuperação de Crédito	2.279	4.203	2.727
Outras despesas administrativas	4.858	10.155	6.038
Total	107.309	206.972	175.650

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Absorção de dispêndios - FATES	736	5.781	5.907
Lucros na alienação de valores e bens	655	829	4.202
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores	10	10	-
Recuperação de encargos e despesas	10.126	13.924	7.479
Reversão de provisões operacionais	502	1.607	6.157
Valor justo - Operação de venda (Nota 08)	6.547	7.268	-
Reversão de provisões impostos folha	4.599	6.328	5.741
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	3.640	6.464	3.610
Reversão de provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	2.019	2.547	1.420
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi (a)	-	-	3.412
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	951	1.699	1.381
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.327	2.590	2.369
Juros ao capital	-	-	2.270
Lucros e dividendos	159	159	665
Outras rendas operacionais	264	655	1.559
Total	31.535	49.861	46.172

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Descontos concedidos em renegociação e crédito	15.071	28.313	16.388
Contribuições Cooperativistas	128	259	252
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	4.360	6.728	3.315
Contribuição Confederação Sicredi	21.751	40.411	38.192
Contribuições Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.935	3.811	3.486
Encargos da administração financeira	4	7	7
Prejuízo na alienação de valores e bens	228	361	205
Provisões para garantias financeiras prestadas	8.866	14.132	9.244
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	993	2.168	772
Outras provisões operacionais	3.870	7.393	6.467
Serviços associados a transações de pagamento	34.067	63.274	44.462
Risco operacional	3.535	5.285	3.308
Juros e comissões	2.830	4.853	2.917
Tarifa serviços folha pagamento servidores	10	18	14
Distribuição de produtos e serviços bancários	78	136	723
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.591	3.240	3.552
Valor justo - Operação de venda (Nota 08)	993	993	4.955
Outras despesas operacionais	3.448	6.856	11.838
Total	103.758	188.238	150.097

NOTA 27 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Beneficiários de garantias prestadas	1.351.924	1.068.189
Coobrigações em cessões de crédito	-	1
Total	1.351.924	1.068.190

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Fname e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto ao Negócios (BIA) são identificados os serviços considerado críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência. principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são definidos pela possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas aos riscos sociais, ambientais e climáticos, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de riscos sociais, ambientais e climáticos;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

Refere-se a potenciais ameaças que podem comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas. O Risco de Segurança da Informação no Sicredi é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	1.375.435	1.016.839
Nível I (NI)	1.243.842	882.126
Capital principal - CP	1.243.842	882.126
Capital social	658.160	402.234
Reservas de capital	553.468	453.932
Sobras acumuladas	45.157	34.684
Ajustes Prudenciais	(12.943)	(8.724)
Nível II (NII)	131.593	134.713
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	131.593	134.713
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	7.992.824	6.482.174
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	14.836	22.151
Margem de Capital	521.353	314.060
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,21%	15,69%
Situação de Imobilização (Imob)	94.704	77.192
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,89%	7,59%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 dezembro de 2024, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Implantação da Resolução 4.966**

Com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis entre as normas do BCB e os padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil emitiu as seguintes normas:

- A Resolução CMN nº 4.966/21, e alterações correlatas posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil; e
- A Resolução BCB nº 352/23, que revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309/23 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidencição de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As mudanças do plano foram publicadas pelo órgão nos seguintes normativos:

i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do COSIF;

ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF; e

iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do COSIF;

iv) **Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26/07/2024:** define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1 de janeiro de 2025 foram estimados pelo Sicredi, tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o SICREDI dividiu o projeto em etapas ao longo de 2024, a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pelo Sicredi, levando em consideração o planejamento de atividades, responsáveis, e prazos para adequação dos sistemas de tecnologia e processos internos.

Sendo assim, o Sicredi realizou simulações para avaliação do impacto dos ajustes que deverão compor na posição patrimonial dos instrumentos financeiros, em contrapartida, ao patrimônio líquido na transição da norma em 01 de janeiro de 2025.

Provisão associada ao risco de crédito e reconhecimento de juros suspensos

De acordo com as simulações efetuadas durante o segundo semestre de 2024, para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução n.º 4.966/21, espera-se um incremento não superior a 1,62% dos ativos financeiros sobre o total dos ativos financeiros do valor da perda esperadas associadas ao risco de crédito em função da nova metodologia que leva em conta critérios de perdas esperada ao invés de perda incorrida (levando-se em consideração a Resolução BCB 352/23).

O Sicredi adotou na carteira de crédito o ajuste da posição de suspensão de juros (“stop accrual”) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos. Os valores apurados não são relevantes em seu reconhecimento inicial.

Classificação de Ativos Financeiros

Com o advento da Resolução CMN nº 4.966/21, os títulos e valores mobiliários passarão a ser classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Havendo, portanto, três novas categorias. São elas: (i) Custo amortizado, (ii) Valor justo em de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) Valor justo no resultado (VJR). Sendo assim, as analisarmos as classificações e mensurações dos títulos e valores mobiliários a partir de 1 de janeiro de 2025, não identificamos impactos relevantes na adoção inicial da referida norma.

Taxa de Juros Efetiva

Com a incorporação da Taxa de Juros Efetiva, os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos nas categorias Custo Amortizado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21. Dessa forma, as operações [INSERIR OPERAÇÕES IMPACTADAS] passarão a ter os custos de transação e valores recebidos diferidos durante a vida contratual dos instrumentos de acordo com a metodologia de cálculo adotada pela Cooperativa, não trazendo um impacto estimado relevante no resultado.

Classificação de Passivos Financeiros

Não foram identificados ajustes de transição da norma com relação a reclassificação dos Passivos Financeiros.

b) Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabelece a Reforma Tributária sobre o consumo, que visa simplificar e modernizar o sistema tributário, reduzindo o litígio e aumentando a segurança jurídica. A regulamentação do projeto foi iniciada através do PLP nº 68, aprovado na Câmara dos Deputados em julho de 2024; em janeiro de 2025, a partir da sanção presidencial, o referido PLP foi convertido na Lei Complementar 214/25.

A principal mudança está na criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição às contribuições do PIS e da Cofins, ISS e o ICMS.

A nova legislação vigorará a partir de 2026, com um período de transição que se estenderá até 2032; assim, não haverá alteração nas apurações dos tributos para 2025. O Sicredi vem acompanhando as discussões deste tema e aguarda outras regulamentações para uma avaliação precisa dos impactos decorrentes da reforma tributária.

c) Operações de arrendamento mercantil - Resolução CMN nº 4.975/21

O BACEN aprovou a adoção do CPC 06 (R2) por meio da Resolução CMN Nº 4.975/21, tornando obrigatória a aplicação da norma às instituições financeiras arrendadoras e arrendatárias em contratos firmados e/ou renovados a partir de 2025. A adoção gradual foi definida pela Resolução CMN nº 5.101/23. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto na condição de arrendadoras quanto de arrendatárias. As alterações entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2025.

d) Enchentes no Rio Grande do Sul

O Sicredi, instituição financeira cooperativa presente em diversas regiões do Brasil, desempenhou um papel fundamental na assistência às comunidades afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Sua atuação foi marcada por ações de solidariedade e apoio aos associados e comunidades atingidas por essas adversidades. Em momentos de desastres naturais, como as enchentes, o Sicredi se mobilizou para oferecer suporte financeiro e logístico, visando minimizar os impactos causados e auxiliar na reconstrução das áreas afetadas. A instituição disponibilizou linhas de crédito especiais, com condições facilitadas, para que os associados pudessem recuperar suas atividades produtivas e reconstruir suas propriedades.

Além disso, o Sicredi promoveu ações de arrecadação de donativos, mobilizando seus colaboradores e associados para contribuir com alimentos, roupas, produtos de higiene e outros itens essenciais para as famílias atingidas. Essas doações foram distribuídas de forma organizada, garantindo que chegassem às mãos daqueles que mais necessitavam.

A instituição também investiu em programas de educação financeira e orientação aos associados, visando auxiliá-los na gestão de suas finanças e na busca por soluções para superar os desafios causados pelas enchentes. A atuação do Sicredi nas enchentes do Rio Grande do Sul demonstrou o compromisso da instituição com o desenvolvimento sustentável das comunidades em que está presente, promovendo a solidariedade, a cooperação e a resiliência diante de situações adversas.

Moacir Niehues
Diretor Executivo
CPF: 969.145.139-53

Alisson Schach
Diretor de Operações
CPF: 024.281.579-06

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20